



¡Salud para Todos y Todas, Ahora!
Movimiento para la salud de los pueblos



Declaração Crítica à "Declaração de Consenso Nacional sobre Atenção Primária à Saúde no Chile" e à Proposta de Atenção Primária Universal

Como Associação Latino-Americana de Medicina Social e Saúde Pública (ALAMES-Chile) e pelo Movimento Popular de Saúde (MSP), rejeitamos a chamada "*Declaração de Consenso Nacional sobre Atenção Primária à Saúde no Chile*" por carecer de propostas transformadoras frágeis e servir como legitimação política para uma agenda governamental. A atenção primária tem sido historicamente concebida como uma estratégia pública e comunitária, uma garantia de universalidade e equidade. No entanto, este documento abre caminho para a integração estrutural do setor privado sob o pretexto de "eficiência e sustentabilidade", o que implica mercantilizar o acesso ao sistema, transferir recursos estatais para empresas privadas, fragmentar o atendimento e enfraquecer a gestão pública da saúde.

Acreditamos que um acordo e um compromisso com a Atenção Primária são fundamentais, mas devem ser construídos com a participação genuína e vinculativa dos diversos atores, por meio de um processo amplamente participativo com perspectivas locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, é crucial lembrar que o primeiro nível de atenção é o domicílio, o cuidado domiciliar, onde os princípios da estratégia da APS assumem características emancipatórias ao colocar a autonomia e a justiça social, cognitiva, ambiental e sanitária no centro.

Além disso, o texto se presta à ambiguidade em questões-chave para qualquer proposta séria de fortalecimento da APS: a participação vinculante das comunidades e dos trabalhadores na gestão do sistema, o aumento do financiamento para pelo menos 30% dos gastos públicos com saúde e um compromisso explícito com a equidade territorial e trabalhista.

Denunciamos também a tendência à terceirização de serviços, que piora as condições de trabalho das equipes de saúde e corrói o caráter público do sistema. A terceirização já é uma prática consolidada em vários níveis e ameaça aprofundar a precarização do trabalho na atenção primária, fragilizando a continuidade e a qualidade do atendimento.

Em relação à política de Atenção Primária Universal (APU), reconhecemos que esta é uma iniciativa do atual governo que deve ser transformada em política pública, mas deve ser fortalecida e protegida contra os riscos mencionados. As políticas universais são financiadas por impostos gerais; No entanto, o Chile ainda mantém uma estrutura tributária regressiva que, em última análise, reproduz desigualdades sociais e limita a capacidade redistributiva do Estado. Nesse



¡Salud para Todos y Todas, Ahora!
Movimiento para la salud de los pueblos



contexto, a UPC corre o risco de consolidar subsídios cruzados ao setor privado, permitindo que os setores mais ricos acessem serviços públicos sem que os planos de saúde privados contribuam proporcionalmente para seu financiamento.

Essa situação perpetua desigualdades históricas no sistema chileno e reforça políticas inconsistentes com as diretrizes do Banco Mundial.

Considerando isso, afirmamos que a verdadeira transformação requer:

- Consolidar a UPC como uma estratégia estatal, pública, universal e solidária, sem espaço para comercialização.
- Rejeitar explicitamente a incorporação de prestadores privados como atores estruturais na APS.
- Fortalecer as equipes interdisciplinares de saúde, com estabilidade no emprego, proteção contra terceirização e uma abordagem comunitária e intercultural.
- Vincular a participação social ao planejamento, gestão e avaliação das políticas de saúde.
- Financiamento público suficiente e progressivo que aumente o investimento na APS a níveis compatíveis com seu papel estratégico.

Por fim, conforme declarado na Declaração de Alma-Ata, lembramos que a APS é a base dos sistemas nacionais de saúde. Qualquer esforço para fortalecer a APS sem avançar em direção a um sistema nacional/universal de saúde está fadado a legitimar a mercantilização. A atenção primária à saúde não pode ser consolidada sem um sistema de saúde composto por centros públicos, cofinanciados por impostos progressivos, que garanta um conjunto amplo e abrangente de serviços relevantes para as necessidades de saúde das comunidades, para além dos antigos e limitados "pacotes de benefícios".

9 de outubro de 2025

**Nos unimos, organizamos e lutamos para avançar!
Pelo direito à saúde!**